



Educação na gestão e política de águas: prioridades educacionais para o PNRH 2016-2020

Carta à sociedade civil

Ao décimo quarto dia do mês de abril de 2016, reuniram-se representantes da Associação Águas do Nordeste (ANE), do Parlamento Nacional da Juventude pela Água (PNJA-ABRH), do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH-PE), do Comitê da bacia hidrográfica do rio Capibaribe (COBH-Capibaribe), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e do curso técnico de Meio Ambiente do Colégio Ser Especial, a fim de debater e apontar prioridades educacionais para a atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2016-2020. O encontro ocorreu na Sede da ANE, no bairro de Sítio dos Pintos, Recife – PE, no horário das 9h30 às 12h.

Com base nas **14 prioridades** apresentadas em consulta pública de revisão do PNRH, aberta até o primeiro de maio do corrente ano, o coletivo participante do encontro enfatizou quatro prioridades educacionais, defendendo-as a partir dos seguintes posicionamentos:

Prioridade 01: Ampliar e fortalecer a participação da sociedade na gestão das águas, DESDE QUE A PARTICIPAÇÃO SEJA COMPREENDIDA ENQUANTO DIREITO COMUM A TODO/A CIDADÃO/A BRASILEIRO/A, ASSIM COMO QUALIFICADA ATRAVÉS DE UMA POLÍTICA PERMANENTE DE FORMAÇÃO SENSÍVEL AOS MÚLTIPLOS SABERES E CULTURAS.

Prioridade 04: Compartilhar informações, conceitos e iniciativas a respeito da situação da qualidade e da quantidade de águas, em linguagem clara e acessível, DESDE QUE SEJAM PROVIDAS AS CONDIÇÕES MÍNIMAS ESSENCIAIS À GARANTIA DE UM COMPARTILHAMENTO CONTÍNUO DE CONTEÚDOS ADEQUADOS ÀS PARTICULARIDADES SOCIOAMBIENTAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA.

Prioridade 09: Destinar recursos financeiros para a implantação de projetos de instituições públicas, privadas ou pessoas físicas que promovam a recuperação e conservação de bacias hidrográficas, DESDE QUE INCLUÍDAS E PRIORIZADAS AS INSTITUIÇÕES QUE DESENVOLVAM



PROGRAMAS E PROJETOS EDUCATIVOS, SEJA EM ÂMBITO FORMAL OU NÃO-FORMAL, NOS DIFERENTES NÍVEIS E MODALIDADES.

Prioridade 10: Desenvolver ações para a resolução de conflitos pelo uso da água nas bacias hidrográficas, DESDE QUE ESTAS AÇÕES SEJAM SOCIALMENTE EQUÂNIMES E AMBIENTALMENTE JUSTAS, A FIM DE QUE AS MINORIAS SOCIAIS NÃO TENHAM OS SEUS DIREITOS VIOLADOS EM FUNÇÃO DA SOPREPOSIÇÃO DE INTERESSES.

Em razão das necessidades percebidas e debatidas pelo coletivo, também foram definidas duas novas prioridades, no intuito de orientar a proposição de ações de impacto educacional:

- 1) Considerar as pluralidades culturais e formas de organização social dos povos brasileiros em todas as ações que envolvam a gestão das águas, observando a legislação pertinente a exemplo da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).
- 2) Oferecer aos formadores condições para a inserção permanente da educação ambiental formal e não-formal, observando a natureza interdisciplinar e ecossistêmica da temática da água.

Uma vez registrado o posicionamento do coletivo participante do encontro, espera-se que as contribuições apresentadas sejam amplamente divulgadas, a fim de que possam servir de subsídio à formação da opinião pública sobre as ações educacionais prioritárias para atualização da política brasileira de águas.

Corroboram e abaixo assinam este documento os participantes do encontro.

Carmen Farias – ANE/UFRPE

Cleópatra Maria do Ó – ANE

Edneida Rabelo – ANE/CRH-PE



Greyciane Silva – Colégio Ser Especial

Júlio Cesar Rufino de Freitas – UFRPE

Maira Egito – Colégio Ser Especial

Maria Danyelle Anjos – UFRPE

Paulo André Dias – COBH Capibaribe/CRH-PE

Ricardo Braga – ANE/CRH-PE

Rosele Hans – Sec. de Saúde de PE; CRH-PE

Rosemery Batista de Moura – ANE

Wagner Aguiar – PNJA-ABRH

Recife, 14 de abril de 2016